



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE
E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**George José Costa
Gilvan de Oliveira Fiel**

**Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente no Colégio
Estadual Dr. Jesse Trindade no Município de Ilha das
Flores/Sergipe**

**São Cristóvão – Sergipe
Fevereiro de 2016**

**George José Costa
Gilvan de Oliveira Fiel**

**VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO
COLÉGIO ESTADUAL DR. JESSE TRINDADE NO MUNICÍPIO DE ILHA DAS
FLORES/SERGIPE**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado em forma de Plano de
Intervenção em cumprimento a uma
das exigências para obtenção do título
de especialista no Curso de
Especialização em Direitos Infanto-
Juvenis no Ambiente Escolar (Escola
que Protege).**

Eixo temático: VIOLÊNCIA

**Orientadora: Professora Msc. Edna
Maria do Nascimento**

**São Cristóvão – Sergipe
Fevereiro de 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Costa, George José, 2016.

A Violência Institucional contra a Criança e o Adolescente no Colegio Estadual Dr. Jessé Trindade em Ilha das Flores/SE. George José Costa, Gilvan de Oliveira Fiel. - 47 f.: 30cm.

Orientador: Prof^a. Me. Edna Maria do Nascimento.

Plano de Intervenção / Monografia (Lato Sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Violência, drogas e evasão escolar, 2016.

1. Violência Institucional; 2. Direito; 3. Educação de qualidade. I. Nascimento, Edna Maria do. II. Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente No Colegio Estadual Dr. Jessé Trindade No Município de Ilha das Flores/SE.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE
E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção dos Alunos George José Costa e Gilvan de Oliveira Fiel, intitulado A violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente no Colégio Estadual Dr. Jesse Trindade no Município de Ilha das Flores/SE, defendido e aprovado em XX/XX/XXXX pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

(Orientadora)

(Examinador/a 1)

(Examinador/a 2)

LISTAS DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS E, OU TABELAS

Tabela 1 – Tabela com os Objetivos Operacionais.....	26
Tabela 2 – Tabela de Cronograma de atividades.....	27
Tabela 3 – Tabela com o Quadro Financeiro.....	28
Tabela 4 – Tabela do PNAE (Alimentação Escolar).....	37

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA	7
OBJETIVO PRINCIPAL.....	24
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	27
MEIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DO TRABALHO	27
QUADRO FINANCEIRO.....	28
FONTES FINANCIADORAS.....	29
AVALIAÇÃO DO PROJETO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	32
RESUMO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
ANEXOS.....	37

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho justifica-se pela importância de assegurar o cumprimento dos Direitos Infanto-Juvenis no ambiente escolar, sobretudo aqueles que dizem respeito a um direito fundamental declarado no Art. 6º da Constituição Federal, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 53, Incisos I a V e art. 54, Incisos I a VII, que é a prestação de serviços educacionais integrais, gratuitos e de qualidade pelo Estado, o que se evidencia pelos dados apresentados nesse estudo, é que está aquém do que a lei determina.

Não obstante, faz-se necessária, a reflexão sobre sutis violações que podem ocorrer de forma velada pela prática daqueles que tem o dever de educar, e gerir as instituições de ensino. Trata-se, portanto, de uma forma de violência contra os direitos infanto-juvenis, numa forma institucional, o que demonstra haver uma hierarquia entre os agentes envolvidos, levando sempre o polo passivo a uma condição constantemente vulnerável. Para isso é necessário uma efetiva vigília sobre a prática docente na relação professor aluno, bem como, nas formas de gestão da equipe diretiva e pedagógica com a instituição de ensino, a fim de barrar essa violência institucional no ambiente escolar.

Além disso, é fundamental criar mecanismos que identifique e elimine tal violência, haja vista, a referida problemática ainda ser pouco tratada nos debates sobre a educação e muitas vezes referida como um mero fruto de um sistema educacional historicamente deficitário em razão de uma série de problemas que assombram o sistema público de ensino brasileiro, tratando-a superficialmente sem pensar suas especificidades e os impactos que ela causa.

Escolhemos como objeto de investigação em nosso Projeto de Intervenção, fundamentado no estudo da violência institucional no ambiente escolar, o Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade, localizado no Município de Ilha das Flores/SE, por ser a unidade educacional referência daquele município. Sendo a maior escola da localidade, inclusive a ofertar ensino fundamental e médio, na modalidade regular e especial no programa de Educação de Jovens e Adultos – EJAM.

Um segundo ponto pelo qual é justificada essa escolha, é o baixo nível instrucional e cultural da população atendida por essa unidade de ensino, já que se verificou que boa parte da população desse município tem baixo nível de desenvolvimento humano, ocupando a 63^o posição com (0,562) no ranking de municípios sergipanos investigados pelo IBGE em 2010, dados esses que implicam diretamente na capacidade da comunidade entender e cobrar seus direitos amparados no ordenamento jurídico brasileiro.

Ademais, foi verificada na escola, a nítida violência institucional, e violação de vários direitos, pois a estrutura física deficitária, apresentando sérios problemas, deixa vulnerável a integridade física da comunidade escolar, além disso, a falta de oferta integral do material didático e da merenda escolar e outros elementos que propiciem uma educação de qualidade, indiscutivelmente compromete o rendimento do corpo discente. Prova disso foi o baixo desempenho da escola, figurando como uma das piores colocadas na pontuação das escolas do Estado no Exame Nacional do Ensino Médio em 2014.

É fundamental, para iniciar a discussão sobre violência institucional, conceituarmos essa forma de violência distinguindo-a da forma que comumente se divulga, a saber como ato de violação física ou patrimonial.

Começando pelo próprio significado da palavra violência, o dicionarista Prof Alfredo Scottini define-a como “agressão, desrespeito, transgressão da lei, estupro”.

A partir desse conceito semântico da palavra violência feito pelo Prof. Scottini, podemos trazer a discussão para o contexto escolar e suas realções, em que essa **agressão** desreipeitosa da escola para com a sua clientela, bem como dos órgãos superiores à escola, para com funcionários e professores evidencia-se nas diversas marzelas enfrentadas no dia a dia escolar do referido Colegio Estadual Dr. Jessé Trindade. Assim, podemos entender que o **desrespeito**, a **transgressão da lei**, o descumprimento do dever educacional do estado, configura a Violência Institucional. Seja esse desrespeito desde a negligência para com um prédio desestruturado até a

falta de profissionais. Tudo isso passando pela falta de material didático e até merenda escolar.

A Constituição Federal, em seu artigo 6º, trás a seguinte redação:

“São Direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição” (Brasil, 1988)

Percebe-se que os constituintes, ao formularem os direitos sociais, refletidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, traz a educação como o direito fundamental que encabeça o artigo 6º da CF, demonstrando assim, sua primordial importância para a sociedade brasileira.

Seguindo esse pensamento, outros escritos normativos ratificam essa importância. A exemplo da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, lei conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente que trata de maneira mais específica os direitos e garantias dos infantes no que terna a saúde, cultura, trabalho e sobretudo a educação. Versa o ECA em seu artigo 53, que: “ A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento da sua pessoa e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho...” (ECA, 1990)

Referindo-se ainda ao artigo acima mencionado, um ponto importantíssimo é o seu parágrafo único, pois esse assegura aos pais ou responsáveis o seguinte: “É direito dos pais ou responsáveis, ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (ECA, 1990), em outras palavras, é direito inalienável a efetiva participação familiar no processo de ensino aprendizagem dos menores.

Pelo exposto na legislação vigente, aos pais ou responsáveis, não só lhes devem ser franqueadas a ciência do processo pedagógico dos seus filhos ou menores sob sua tutela ou guarda, como o mais importante, participar das definições de suas propostas, bem como da elaboração de qualquer forma de intervenção no processo de ensino e aprendizagem. O que diz respeito um acompanhamento pessoal e ostensivo do agente familiar nas dependências da escola.

No entanto, mesmo sendo um direito/dever da família esse acompanhamento, percebe-se que essa prática no cotidiano escolar deixa muito a desejar, tornando pouco coletivo e participativo os processos pedagógicos, e provocando com isso, uma ação negativa da família, que é seu afastamento do seio escolar e o distanciamento desse processo.

Ainda prosseguindo pelo campo normativo da Educação, podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, sob o número 9.394. A LDB ratifica o direito à educação e o dever educador do Estado em seu artigo 4º. e do artigos 21 ao 86, trata dos níveis da educação que vai do ensino básico ao superior.

Para a nossa discussão é viável destacar entre esses artigos que versam sobre os níveis da educação, o **Art. 21º**, que diz: “A educação escolar compõe -se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (LDB, 1996).

E o **Art. 58º**, esse que trata da educação especial, e traz em seu caput e ainda nos parágrafos 1 e 2 a seguinte redação:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. (Brasil, Lei de Diretrizes de Base da Educação, 1996)

Como podemos observar, a legislação brasileira, desde Constituição Federal, garante aos cidadãos brasileiros, o direito à educação. Senda essa prevista de forma gratuita e de qualidade.

No entanto, os artigos citados acima, dão base jurídica para justificar quão grave são as violações aos direitos fundamentais promovidos por instituições oficiais, bem como pelo próprio Estado, na efetivação de tais direitos, uma vez que sua atuação deficitária, e as vezes negligente, impácta diretamente na construções de políticas públicas que viabilizem uma melhor prestação de educação de qualidade às crianças e adolescentes, sobretudo os assitidos pelo Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade, que é objeto desse plano de intervenção.

Depois de ressaltar e estabelecer os pressupostos legais que fundamentam o presente projeto de intervenção, é importante delienarmos os posicionamentos de alguns estudiosos e refletirmos nas dircurssoes acerca da temática estabelecia, a saber, violência institucional no ambiente escolar.

Há muitas divergências acerca da temática que se mostra bastante controversa entre os estudiosos que abordam o assunto. Para Stelko-Pereira em seu artigo, **Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente:**

“É comum que trabalhos científicos nacionais e internacionais investigando o tema da violência na escola, sejam sob a forma de artigos, capítulos de livros ou apresentações orais em

congressos, exponham os diversos conceitos de violência escolar e apontem a dificuldade em se encontrar um consenso entre os pesquisadores a esse respeito”. (PEREIRA, 2010)

É de interesse dos estudiosos debater o tema, não somente pela dificuldade de se encontrar um consenso entre pesquisadores, como também de se perceber essa discussão entre a comunidade escolar. Até porque como já mencionado, a primeira ideia que vem automaticamente quando se fala da violência escolar é a agressão física, ou aquela desvelada contra patrimônio escolar, como a depredação ou sucateamento dos prédios ou insumos da instituição de ensino.

Num primeiro momento não é fácil pensar, nem visualizar a violência na escola sob a forma institucional, ou seja, perceber-se agente passivo dessa violência, seja direta ou indiretamente, bem como analisar, mesmo em atos sutis do poder público quando cerceia os direitos e garantias previstas em lei, tal como, a alimentação escolar, livros didáticos de qualidade, espaço físico adequado, professores qualificados e assim por diante. Como observado e descrito por Charlot:

“a violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola que se expressa na composição das classes, na distribuição das notas, nas palavras ofensivas dirigidas aos alunos pelos educadores e nos atos efetuados por eles e que são considerados injustos ou racistas”. (Charlot 2002, apud SALLES)

Percebe-se que a comunidade escolar, sobretudo os pais e responsáveis, pouco atentam para esses gestos de violência acima destacados, encarando-os como atos comuns, corriqueiros, ou meros acontecimentos isolados, dissociados das atividades regulares do espaço escolar. Esse fato contribui para a inércia vislumbrada em boa parte daqueles que deveriam cobrar dos responsáveis legais todos os direitos que lhes são garantidos por lei.

Embora se espere a reivindicação de “direitos”, comumente, a sociedade desconsidera ou diminui a cobrança do efetivo cumprimento deles no ambiente escolar. Isso muitas vezes é fruto inclusive do desconhecimento popular da legislação vigente e o pouco acompanhamento dessa comunidade nos processos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de ensino.

A excessiva carga de trabalho e pouca disponibilidade de tempo, são outros aspectos desse desacompanhamento. Por deterem pouca, e às vezes, nenhuma instrução escolar, os pais acabam por delegar a escola a total e irrestrita responsabilidade de educar seus filhos, assumindo assim um polo passivo nesse processo. Conformando-se com o baixo rendimento e o tratamento paliativo que muitas vezes é ofertado pela escola aos seus filhos.

Diante do exposto fica evidente que essa problemática, nasce na definição de sua forma, ou seja, do que é de fato a “violência institucional”, sem confundir com outras formas de violências. *Definindo-a como uma forma autônoma e presente nas diversas instituições tuteladas pelo Estado, que é, sem sobra de dúvidas, o principal agente promotor dessa, seja comissivamente, quando atua em desacordo com o que a lei, por ele mesmo criada, determina, ou omissivamente, quando deixa de realizar, seja pela inércia, ou negligência, o cumprimento de suas obrigações legais.*

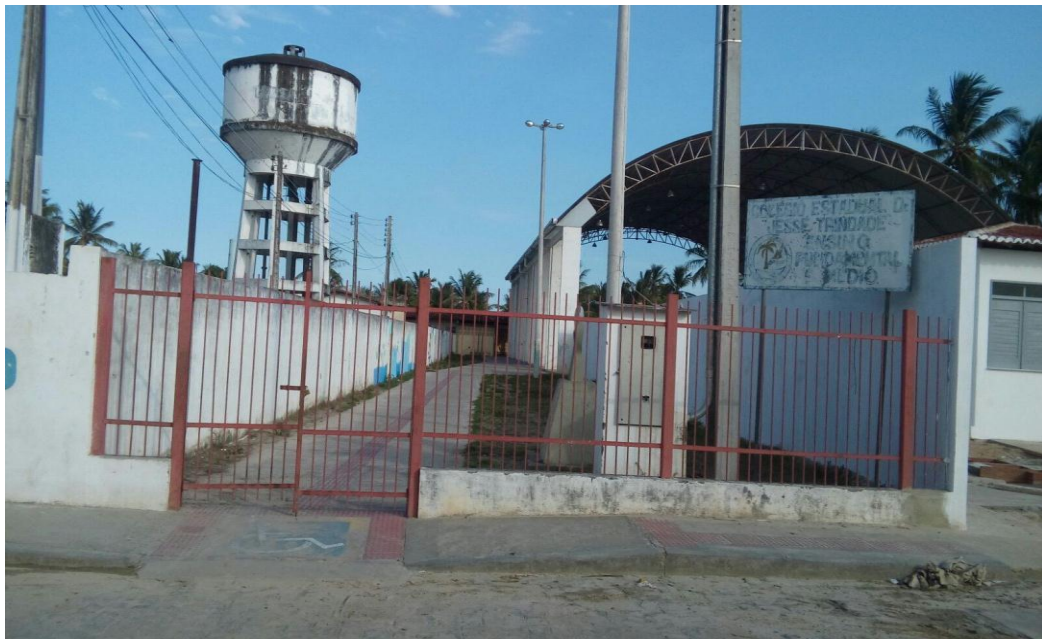
Essa violência reflete então, nas ações que o Estado desenvolve, e atinge a sociedade como um todo. Mais precisamente, de acordo com a temática aqui desenvolvida, os menores assistidos em seu direito fundamental à educação nas instituições de ensino tuteladas pelo Estado, como é o caso do Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade.

Como destacado, ela ganha tônica pelo seu desconhecimento e conseqüente fiscalização, uma vez que, a sociedade acomoda-se em meramente questionar de longe seus efeitos, mas pouco se propõe a discutir e intervir na forma de combater as ações que levam sua ocorrência, como por exemplo, uma maior integração e

fiscalização das ações desenvolvidas na escola, pela constante presença desses pais no envolvimento da rotina educacional de seus filhos.

O Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade está localizado à Rua Vasco da Gama, s/nº, bairro Centro, na cidade de Ilha das Flores, Sergipe.

Sua estrutura é composta por 06 salas de aula; 01 sala de recursos; 01 laboratório de informática (sem uso); 01 sala de leitura; 01 sala de professores; 01 secretaria com um banheiro e depósito (onde também funciona a diretoria); 02 baterias de banheiros (M/F); 01 cantina; 01 depósito; 01 quadra poliesportiva; As salas de aula estão atualmente em péssimas condições de conservação, possui infiltrações, telhado danificado, sem vidros nas janelas e com os ventiladores quebrados, as carteiras estão danificadas e sem a devida reposição há aproximadamente 03 anos.



(Fotografia 1:Portão de acesso ao Colégio Jessé Trindade – Arquivo Pessoal)

Na imagem à cima pode ser observada a área frontal da escola. Ela que tem uma estrutura padrão das escolas da rede oficial de ensino estadual.percebido por suas cores e padrão de arquitetura.



(Fotografia 2: Pátio Principal - Arquivo Pessoal)

Nesta imagem, é apresentado o pátio principal da escola, este que se apresenta de forma conservada e de estrutura sólida.



(Fotografia 3: Sala de Aulas - Arquivo Pessoal)

As salas de aulas, foram pontos comuns de questionamento nas respostas subjetivas da pesquisa, pois, a ventilação artificial, promovida por ventiladores, é deficitária.

Outro ponto lembrado em relação às salas de aulas, foi no tocante à prestação do serviço educacional para os especiais. Pois, estes alunos são

atendidos na sala de meios, que deveria ser um ambiente adaptado para receber os especiais. Mas, na verdade é uma sala comum, tal como as demais. Exatamente como a apresentada na imagem à cima. Refletindo tudo isso no percentual dado a indagação na pesquisa, quando pergunta sobre o atendimento diferenciado ao especial, onde 92,7% dos entrevistados afirmaram ser inadequado.



(Fotografia 5: Banheiro - Arquivo Pessoal)

Em relação a estrutura física, o local que apresenta visivelmente situação inadequada são os banheiros, pois, esses apresentação sinais de sucateamento e abandono.

Sobre o corpo docente da escola, é composto por 16 professores, todos efetivos e com formação superior nas áreas em que atua, a maioria possui pós-graduação e 03 estão concluindo o mestrado.

Além dos profissionais supracitados, a escola conta ainda com 02 coordenadores pedagógicos, 01 diretora, 01 secretário e três vigilantes. Não há na escola, executor de serviços básicos e nem merendeiro, fazendo com que o serviço de limpeza e merenda ocorra apenas esporadicamente. Tais serviços são feito de forma voluntária por alguns integrantes da comunidade como pais de alunos.

O corpo discente é composto por 469 alunos, sendo distribuídos nos três turnos, e com o seguinte quantitativo:

- Fundamental Final : 139 alunos
- Médio Convencional : 258 alunos
- Educação para Jovens e Adultos: 72 alunos

É de suma importância agora que já ambientamos o espaço analisado para elaboração deste trabalho, retomarmos seus objetivos.

O objetivo principal é em síntese, discutir a violência escolar, desvinculando da violência tal como se pensa em primeiro momento, que remota a violência física, como agressões sofridas seja por alunos ou profissionais que na escola labutam. Sendo ocorridas no interior do colégio, ou nos perímetros próximos.

Desvincular também do pensamento da violência praticada contra a escola, como: depredações e pichações.

Analisaremos e discutiremos a Violência, percebendo as agressões da Escola e dos órgãos governamentais aos quais está subordinada. Os atos, deflagrados em desfavor da comunidade escolar, ou seja, como já frisado, destacaremos a forma de violência institucional praticada no Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade.

Pretende-se com o presente trabalho, levantar a discussão junto à comunidade escolar para a necessidade de refletir esse fenômeno, que é a violência institucional no ambiente escolar, a medida que busca maneiras de combatê-lo, e construir modelos de diagnósticos para minimizar seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem.

Desde as primeiras discussões sobre a temática, procurou-se pensar em como a comunidade escolar é afetada por tal violência, sobretudo, como o desconhecimento ou poucas discussões do assunto, agrava de sobremaneira os problemas existentes na educação pública.

Foi por isso que, constatando a gravidade desse tipo de violência, priorizamos essas discussões por meio deste plano de intervenção. Pois, é necessário trazer à atenção da sociedade para essa problemática, que por vezes passa despercebida, porém seus efeitos atingem a todos no ambiente escolar.



Durante a produção deste plano de intervenção foi aplicado um questionário de pesquisa, este, composto por 13 questões objetivas, sendo dada a possibilidade de sugestões e melhorias na 12ª questão.

Essa atividade foi realizada de forma voluntária entre alunos, professores, demais funcionários da escola e também com a participação de pais de alunos, sendo que, em relação aos alunos menores de idade, foi elaborada uma carta de autorização para ser assinada pelos pais e/ou responsáveis.

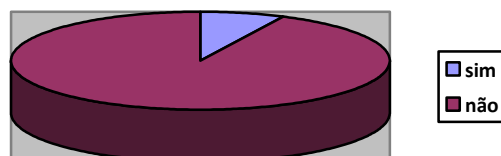
O objetivo da proposição dessa pesquisa foi verificar o nível de percepção da comunidade escolar, em relação a violência institucional, bem como, o nível de envolvimento e participação desses atores, na resolução dessa problemática.


Tivemos adesão de 41 pessoas, sendo que desse total, 29 foram alunos, 05 professores, e 07 pais/responsáveis.

No questionário de pesquisa, foram dadas em cada questão duas opções de respostas (sim ou não), sendo ainda, para alguns itens, oferecidas três opções (adequado, inadequado ou pouco adequado). Enumeramos abaixo os questionamentos constantes nessa pesquisa e as respostas obtidas e apresentadas em forma de gráficos.

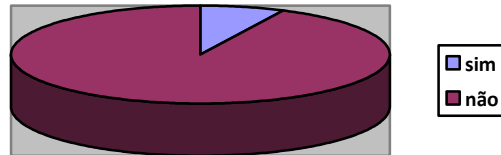
  Possui conhecimento dos documentos da escola (Regim. e PPP)?

7,3 % sim e 92,7 % não



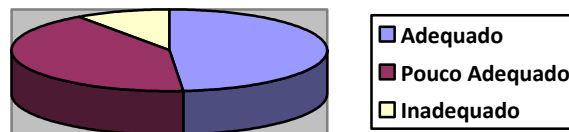
 Participou da elaboração dos documentos da escola?


7,3 % sim e 92,7 % não



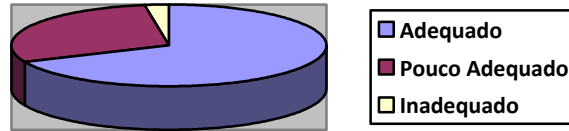
 Como avalia o ensino na escola?

48,7% adequado, 41,5% pouco adequado e 9,8% inadequado



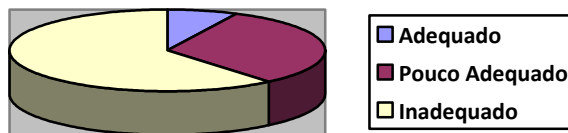
 Como avalia o estímulo dado aos alunos para participação das atividades?

68,3% adequado, 29,3% pouco adequado e 2,4% inadequado



Em relação a estruturação física da escola?

7,3% adequado, 31,7% pouco adequado e 61,0% inadequado



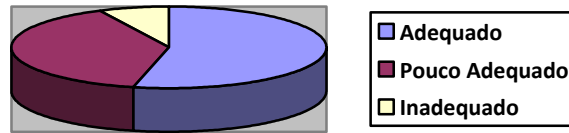
Em relação a merenda escolar?

2,4% adequado, 26,87% pouco adequado e 70,7% inadequado



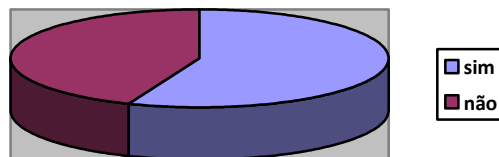
Em relação ao preparo e formação dos professores e funcionários?

53,7% adequado, 39,0% pouco adequado e 7,3% inadequado



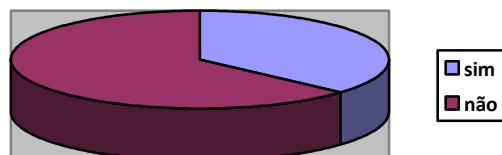
👉 Em relação aos discentes com necessidades especiais, a escola oferta condições?

56,1 % sim e 43,9 % não



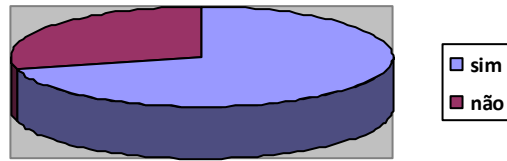
👉 Alunos com algum tipo de deficiência tem atenção diferenciada em sala de aula?

7,3 % sim e 92,7 % não



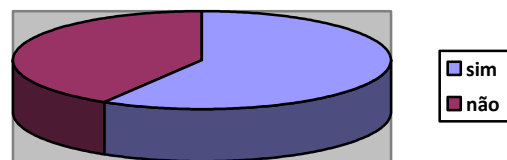
👉 Professores e funcionários estão aptos a trabalharem com alunos especiais?

70,7 % sim e 29,3 % não



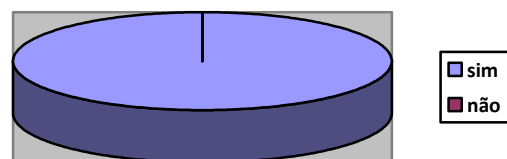
📁📁👤 Os alunos estão aptos a convivência com colegas especiais?

58,5 % sim e 41,5% não



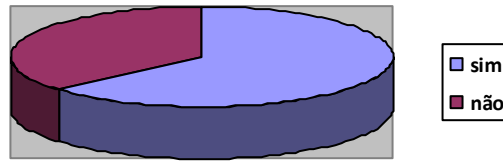
📁📄👤 Há necessidade de melhorias?

100 % sim e 00,0% não



📁📄👤 Existe situações que você perceba desrespeito e ou agressões a direitos escolares?

63,4 % sim e 36,6% não



Quando o questionário de pesquisa na 12ª questão, indagou sobre a necessidade de melhorias na escola, a resposta foi unânime, 100% afirma que há sim necessidade.

Sendo que nesse item 96% apresentaram como necessária a melhoria merenda escolar; 90% material didático; 30% formação docente; e, sobretudo a necessidade de reforma e ampliação da escola, item subjetivo que apresentou 100% de respostas escritas.

Ao compararmos as observações subjetivas feitas pelos participantes da pesquisa, com os dados oficiais do governo no que se referem à merenda escolar, nos chamou atenção essa posição dos entrevistados. Pois, embora a Secretaria Estadual de Educação, informe em seu Site Oficial, que, o Colégio Estadual Jessé Trindade, teve recursos financeiros no aporte de R\$ 70.845,35 , para a viabilização da merenda escolar, a comunidade do Jessé Trindade, aponta justamente esse item, como uma das falhas violentas do estado.

A distribuição desse valor financeiro, com o detalhamento dos itens alimentícios está disponibilizado neste Plano de Intervenção, nos ANEXOS.

Durante a resolução da quesitação proposta com resposta subjetiva, 67% dos entrevistados citam a melhoria da merenda como necessária. E ainda 53% apontam como necessária a contratação da profissional de educação merendeira. Fato que de fato salta aos olhos, pois há os itens para confecção da alimentação, mas, a comunidade escolar destaca a falta de profissional que viabilize a merenda.

Outros itens que chamaram atenção foram os referentes à educação especial. Pois 92,7% dos entrevistados, afirmaram que os alunos com necessidades especiais não tem atenção diferenciada em sala de aula, bem como, alguns apresentaram também, a inaptidão (seja de professores, funcionários ou alunos) para a convivência com essa parcela de alunos. Um exemplo da falta de atenção diferenciada, é a sala de recursos, que em tese seria o ambiente para fazer o atendimento específico para alunos especiais, mas, na verdade é uma sala comum, sem nenhuma alteração ou adaptação para esse fim.

Como esclareceremos no próximo ponto deste plano de intervenção, o nosso objetivo é tratar a violência institucional na escola Jessé Trindade, pois embora quando, em princípio se fale sobre violência na escola, instintivamente percebemos que a comunidade vislumbra a agressão física, a droga, a depredação e pichação. Contudo, percebemos pela extração das respostas dadas na realização da pesquisa que, toda a comunidade escolar, consciente e inconscientemente tem a percepção da violência institucional.

Basta então, para solucionar essa problemática, tornar a Violência Institucional na Escola Jessé Trindade, um assunto mais divulgado e debatido.

OBJETIVO PRINCIPAL

O objetivo geral do presente trabalho é demonstrar a existência da violência institucional em meio à prestação de um Direito essencial para as Crianças e Adolescentes, especificamente no Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade, em Ilha das Flores/SE. Para isso, é preponderante apresentar o conceito de violência institucional, desvinculando-o do imaginário comum, onde quando se fala em violência, é associada imediatamente a agressão física.

O foco desse estudo são as violações de direitos sofridas pelos alunos do referido colégio. Para tal, foi realizada pesquisa qualitativa com a comunidade escolar, a saber, alunos, professores e pais, a fim de apurar as principais consequências resultantes dessa forma particular de violência, bem como, para

aferir se a comunidade escolar consegue vislumbrá-la em seu cotidiano e apontar modelos de diagnósticos referenciais.

Também foram feitos levantamentos de dados oficiais referentes à atual gestão estatal quanto aos serviços por ela prestados para atender aos direitos assegurados na legislação vigente, a saber, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e A Lei de Diretrizes de Base da Educação, que trazem em seus bojos, as diretrizes adequadas para uma correta prestação da boa educação.

Ademais, foram feitos levantamentos bibliográficos que deram subsídios para formular, como produto deste trabalho, alguns modelos de diagnósticos institucionais para assim identificarmos tal prática no colégio observado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos com o presente trabalho:

1. Conceituar a violência institucional no contexto do ambiente escolar do Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade em Ilha da Flores/SE;
2. Problematizar a discussão sobre gestão escolar como instrumento legítimo e mais eficaz na condução do ensino público de qualidade;
3. Identificar por meio de dados, as principais consequências dessa forma de violação de direitos essenciais, sobretudo no rendimento escolar;
4. Sugerir modelos de diagnósticos institucionais que possam identificar e tratar no ambiente escolar essa violência, em consonância com as políticas públicas delineadas na legislação vigente.

OBJETIVOS OPERACIONAIS	ATIVIDADES
Apresentação do projeto à comunidade escolar.	Reunião de apresentação à comunidade escolar e previa apresentação do projeto.
Roda de Conversa de conscientização acerca do projeto.	Palestra com levantamento de questionamentos à comunidade acerca da problemática existente no espaço escolar (discutindo violência institucional)
Diagnosticar a prática da violência institucional na Escola Jessé Trindade.	Produção de cartazes para livre iniciativa da comunidade escolar acerca do tema que ilustre esse tipo de violência no espaço escolar.
Propiciar mecanismo que possibilite para a comunidade escolar, a discussão e análise de ideias práticas para a extinção ou em princípio a minimização desse tipo de violência na Escola.	Sugestão de grupo permanente de estudo formado por membros da comunidade escolar que analise e intervenha nos casos de violações dos direitos conhecidos por meio deste plano.
Operacionalizar meios para periódicas análises com aplicações de questionários perante a comunidade escolar, com o intuito de aferir o nível de eficácia deste plano de intervenção.	Formulação de modelos de diagnóstico que viabilize a identificação de traços da violência institucional no ambiente do Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS
Composição de dupla para o trabalho	X						
Levantamento de informações acerca do tema	X						
Apresentação do projeto à comunidade do C.E. Dr. Jessé Tridade		X					
Orientação	X		X		X		X
Captação de dados junto aos órgãos oficiais.				X			
Roda de conversa com os alunos e pais.			X				
Aplicação de questionário na escola.						X	
Tabulação de pesquisa.						X	
Composição dos dados no plano de intervenção.							X

MEIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DO TRABALHO

Foram utilizados alguns recursos que demandaram gastos financeiros, os quais foram viabilizados pelos autores deste plano de intervenção.

As principais demandas foram: gastos com deslocamentos, alimentação, impressão, e cópias.

Para a formatação final a principal necessidade foi o trabalho profissional de gráfica para impressão e encadernação, conforme as normas estabelecidas pela coordenação do Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis, da Universidade Federal de Sergipe.

Para melhor compreensão, elaboramos o seguinte quadro com os dados orçamentários.

QUADRO FINANCEIRO:

OCORRÊNCIAS DE CUSTO	VALOR DISPENSADO PARA VIABILIZAÇÃO
Deslocamentos ao campo de estudo/Acomodação	R\$ 300,00
Alimentação/Água	R\$ 90,00
Impressão de Documentos	R\$ 20,00
Cópias/encadernação	R\$ 25,00
Gráfica Profissional	R\$ 75,00
Cds.	R\$ 10,00
GASTOS TOTAIS	R\$ 520,00

Os valores discriminados no relatório financeiro com custo para a produção deste trabalho foi de inteira responsabilidade de seus autores, foi buscado o dinamismo e praticidade para elaboração e execução do presente plano de intervenção. Por se tratar de uma escola pública e sem orçamento próprio, a escola objeto deste trabalho, não se onerou em gastos.

FONTES FINANCIADORAS

O Curso de Especialização Diretos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar é patrocinado pelo governo da República Federativa do Brasil, e executado pela Universidade Federal de Sergipe em parceria com o Governo de Sergipe através da Secretaria Estadual de Educação.

A proposta de levantamento de dados que denotem a Violência Institucional na Escola Estadual Jessé Trindade, foi idealizada pelos autores deste trabalho, em reunião ocorrida em março do corrente ano.

Dessa forma, desde que houve a montagem da dupla, estes autores passaram a financiar com recursos próprios todas as necessidades para viabilizar a aplicabilidade das atividades delimitadas, para que chegássemos a concretização deste trabalho.

AVALIAÇÃO DO PROJETO

Em primeiro momento, após todo o processo para a materialização deste plano interventivo, que foi desde a escolha do tema, as delimitações dos objetivos, os planos traçados para viabilização, o levantamento de custos, e por fim o trabalho de campo e o retorno para a sua elaboração final.

A avaliação é feita sistematicamente seguindo o cronograma de atividades através de:

- Questionários;
- Feed back dos professores e demais participantes sobre percepção de resultados;
- Lista de frequência quando ocorrerem encontros para discussões.

É válido destacar que esse plano de intervenção fomentou a discussão do assunto entre a comunidade escolar e mobilizou os mesmos a buscar cada vez mais se inteirar de seus direitos e identificar situações de violações promovidas pelas

instituições públicas ou seus agentes e com isso minimizar seus efeitos, sobretudo no ambiente do Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando fizemos a aplicação do questionário de pesquisa, pudemos observar que, toda a comunidade escolar já experimentou, mesmo que inconscientemente, a violência institucional, seja pela prestação deficitária do estado, nos serviços educacionais naquela comunidade, ou seja, pela total ausência de medidas eficazes na referida prestação de serviços.

É mister perceber a necessidade de informação que toda a comunidade escolar do Colégio Estadual Dr. Jessé Trindade possui acerca de seus direitos violados pelo aparelho estatal que culmina por gerar a violência de forma verticalizada, a saber:

Estado X Professores:

Pela negação de recursos e estrutura adequados à prestação de um ensino de qualidade, inclusive uma formação continuada para garantir o contínuo aperfeiçoamento da prática docente e obtenção de melhores resultados nos índices oficiais de avaliação da aprendizagem, tais como o Enem, Prova Brasil entre outros.

Escola X Professores:

Percebe-se na referida escola um acompanhamento deficitário nas execuções de atividade docentes. Foi levantado por alguns professores pesquisados, que o planejamento coletivo e participativo, inclusive na produção do PPP – Projeto Político Pedagógico e do Regimento escolar, que são documentos norteadores das atividades acadêmicas, não contemplou a participação efetiva de todos, o que pode comprometer as atividades docentes.

Professor X Alunos:

Denota-se da pesquisa realizada através de questionários que a relação professor x aluno perpassa também por vestígios da violência institucional. Isso é verificado principalmente através dos dados fornecidos pela escola: os índices de evasão e repetência. Alguns alunos relataram que encontram muita dificuldade de estímulo e concentração nas aulas, visto que na maioria delas a metodologia aplicada limita-se exclusivamente ao método tradicional de ensino, sem dá qualquer chance de novas metodologias em que o aluno seja estimulado a interagir mais em sala de aula. Isso muitas vezes é resultado também da comprometida estrutura ofertada pela escola, dificuldade de relacionamento interpessoal com alunos, colegas professores e pais de alunos, além do estresse resultante de sobrecarga de trabalho executado pelos referidos profissionais.

Por fim, após cumprirmos os atos constitutivos deste plano de intervenção, e tabularmos os dados da pesquisa por amostragem, realizada durante as ações de campo, elaboramos um plano de metas possíveis de real aplicação em nosso campo de estudo.

A nós restou claro que, o Colégio Estadual Jessé Trindade, é um espaço onde claramente a Violência Institucional é pratica. E, em todos os eixos que tratamos e descrevemos no desenvolvimento dos atos evolutivos deste plano de intervenção, os quais são: ESTADO X ESCOLA, ESATADO X PROFESSORES, ESCOLA X ALUNOS, E PROFESSORES X ALUNOS.

Embora o tema Violência Institucional, não seja amplamente discutido, seja pelos motivos que forem, a comunidade escolar do Jessé Trindade, de forma bastante enfática pôde demonstrar sua ocorrência naquele espaço educacional, ao responderem a nossa pesquisa por amostragem, onde 100% dos entrevistados reconhecem a necessidade de busca de melhorias naquele Colégio.

Como descrevemos no item anterior, a 12ª questão do questionário de pesquisa, propiciou um breve relato subjetivo do que o entrevistado vislumbra ser feito, caso a sua resposta fosse positiva, quando indagamos: Há necessidade de melhorias na escola?

Quase que a totalidade dos entrevistados apontou como necessária a urgente melhoria nas instalações físicas da escola.

E chama atenção para o nível de conscientização, quando boas partes dos entrevistados apontam, como necessária a contratação de profissionais de serviços básicos e de vigilância.

Houve ainda um gritante posicionamento em prol da necessidade de melhor alimentação escolar.

E ficou evidente ainda, a necessidade na melhoria da relação Professor x Aluno.

Assim, percebemos que, mesmo de forma talvez inconsciente a comunidade escolar do Colégio Jessé Trindade, visualiza a Violência Institucional.

Ficou clara para nós, a eficácia da pesquisa por amostragem, na sondagem dessa problemática naquela unidade de ensino.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Diante de tudo observado, estudado e analisado, estes autores chegaram a conclusão que, de forma simples é possível combater a Violência Institucional, e para amplificação dessa discussão, e conseqüente resolução, propomos as seguintes ações:

- a) Desenvolvidos de pesquisas similares a realizada para a feitura deste plano de intervenção;**
- b) Criação de um Fórum Permanente para discutir essa problemática;**
- c) Periodicamente, quando da realização do Fórum, proposição de rodas palestras para maior conscientização de toda a comunidade escolar do Jessé Trindade;**
- d) Para concretização desses Fóruns (e palestras) envolverem diretamente os atores que**

compõem a rede de proteção à criança e o adolescente, assim, convidar: juiz da infância, promotor da infância, serviço social municipal, conselho tutelar, além é claro, do conselho escolar, juntamente com os pais de alunos.

Havendo essas ações, entendemos que, de forma especial, alunos e pais/responsáveis, que inegavelmente compõem um dos grupos mais atingidos pela Violência Institucional, ampliarão seu nível de conscientização, e conhecerão os meios possíveis e legais para exigência do que lhes é garantido legalmente no tocante ao direito educacional, bem como os mecanismos para sua aplicação.

Não somente estudantes e responsáveis serão beneficiados com as ações propostas, mas também toda a comunidade escolar do Colégio Jessé Trindade, pois uma escola de qualidade passa pelo bem estar também dos profissionais que ali labutam, sejam professores, coordenadores, técnicos administrativos, merendeiros, servidores de ações básicas ou vigilantes.

Em uma escola pública que funcione bem, em que não haja a prática da Violência Institucional, todos ganham.

RESUMO

Como podemos observar, este trabalho teve por escopo identificar e analisar a Violência Institucional na Escola Jesse Trindade, no município sergipano de Ilha das Flores. Sendo este, balizado na identificação da Violência Institucional. Fenômeno vindo a ser praticado institucionalmente em desfavor da comunidade escolar, ou seja, a Violência deflagrada pela escola, tendo como vítima, alunos, professores, demais funcionários, e ainda pais e responsáveis. Após todo o processo de observação de campo, coleta de dados, aplicação de questionário, e sentada para tabulação de dados e feitura deste plano de intervenção, ficou claro, que, embora o tema *Violência Institucional*, não seja debatido com frequência naquele ambiente, e, em primeiro momento, quando se fala em violência na escola, a primeira imagem que se vislumbra, é da violência sistêmica vivida pela sociedade, que é a física, e o referido plano de intervenção serviu para desmistificar tal conceito, popularizando-o entre os agentes envolvidos e com isso, tornando-os aptos para serem protagonistas de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF, 5 de Outubro de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

Acessado em 25 de julho de 2015.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de Setembro de 1990.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em 27 de julho de 2015.

BRASIL. Lei 9.394 , de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes de Base da Educação**. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dez. 1996. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acessado em 27 de julho de 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL). **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. 542 p

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (BRASIL). **Avaliação da descentralização de recursos do FNDE e da merenda escolar: síntese dos resultados**. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais. Brasília, DF: INEP, MEC, 1998. 151 p.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. 113 p. ISBN 8585701862.

SILVA, Clemildo Anacleto da; DIAZ MUÑOZ, Manuel Alfonso. **Diversidade na educação, respeito e inclusão: valores éticos e comportamentos pró-sociais**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, Centro Universitário Metodista, 2012 127 p. ISBN 9788599738207 (EDIPUCRS).

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanshes; PORTO, Maria do Rosário Silveira. **Violência, insegurança e imaginário do medo**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 47, dezembro/98.

CHARLOT, Bernard. **violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Paris: Anthropos, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200016&lang=pt. Acessado em 15 de Agosto de 2015.

Stelko-Pereira, A. C. & Williams, L. C. A. (2010). **Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente**. *Temas em Psicologia*, 18(1),45-55.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário Escolar Língua Portuguesa**. EAN 9788537605257. Coleção *dicionários todo livro*. Editora Todo Livro.

ESTADO DE SERGIPE. **Secretaria de Estado da Educação – Dados Escolares 2015**. Disponível em http://www.seed.se.gov.br/escolaestadual/Merenda_Escolar.asp?cdescola=185&cdestrutura=367&ano=2015> Acessado em 02 de setembro de 2015.

ANEXOS

a) Gráfico representativo da merenda escolar na Escola Jessé Trindade

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambole	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Bolo tipo Bacia recheio de goiabada	80	Kg.	R\$ 959,20
Broa de Milho ENRIQUECIDA COM RECHEIO	110,6	Kg.	R\$ 1.148,03
Carne Bovina Congelada Tipo Músculo	1013	Kg.	R\$ 9.056,22
Carne bovina tipo patinho moída	342	Kg.	R\$ 4.545,18
Carne do sol de 1º qualidade Tipo coxão mole	109	Kg.	R\$ 1.738,55
Cebola Branca (a) de 1º qualidade	65	Kg.	R\$ 152,10
Cenoura Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	36	Kg.	R\$ 78,84
Chuchu Médio (a) de 1a Qualidade	18	Kg.	R\$ 39,78
Corte de frango congelado - tipo Coxa e Sobrecoxa	161	Kg.	R\$ 877,45
Corte de Frango Congelado Tipo Peito	251	Kg.	R\$ 1.777,08
Farinha de Milho Flocão Mínimo 500g	48,5	Kg.	R\$ 115,43
Feijão Cariquinha Tipo 1	75	Kg.	R\$ 330,00
Iogurte vários sabores	207	Lt.	R\$ 815,58
Laranja Pêra de 1ª Qualidade	112	Kg.	R\$ 68,32
Leite Em pó integral instantâneo	132	Kg.	R\$ 2.178,00

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambole	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Maçã Vermelha	167	Kg.	R\$ 509,35
Macaxeira Lavada de 1a Qualidade	22	Kg.	R\$ 85,80
Mel De Abelha	6	Kg.	R\$ 110,70
Melancia	155	Kg.	R\$ 105,40
Mistura p/ preparo de mingau de milho e coco	38	Kg.	R\$ 394,82
Molho de Tomate refogado, sem pimenta	48,36	Kg.	R\$ 226,32
Néctar de fruta Sabor Goiaba	375	Lt.	R\$ 870,00
Néctar de fruta sabor maracujá	312	Lt.	R\$ 723,84
Ovos de Galinha Branco Médio	50	Dúzia	R\$ 130,00
Pão Massa Fina Tipo Hot Dog	1872	Unid.	R\$ 599,04
Pimentão	14	Kg.	R\$ 36,54
Queijada .	45	Kg.	R\$ 486,00
Repolho branco	27	Kg.	R\$ 52,38
Salsicha Congelada Tipo Hot Dog	110	Kg.	R\$ 425,70
Tangerina Médio (a) de 1a Qualidade	47	Kg.	R\$ 68,15
Tempero Moído Tipo Cominho	3	Kg.	R\$ 19,89
tempero verde in natura mix de coentro tempero verde in natura mix de coentro	5	Kg.	R\$ 44,90
Tomate Médio	54	Kg.	R\$ 139,32

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambolê	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Vinagre com álcool	3	Lt.	R\$ 5,34
TOTAL: R\$ 31.419,23			
PNAEM – MÉDIO			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Arroz Parboilizado Tipo 1	165	Kg.	R\$ 331,65
Banana da Prata Média de 1a qualidade	168	Kg.	R\$ 299,04
Batata Doce	56	Kg.	R\$ 89,60
Batata Inglesa Lavada(o) Média(o) de 1a Qualidade	48	Kg.	R\$ 105,60
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	24	Pcte	R\$ 50,64
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	84	Pcte	R\$ 179,76
Bolo de rolo tipo rocambolê	120	Kg.	R\$ 1.632,00
Bolo tipo Bacia recheio de goiabada	120	Kg.	R\$ 1.438,80
Broa de Milho ENRIQUECIDA COM RECHEIO	120	Kg.	R\$ 1.245,60
Carne Bovina Congelada Tipo Músculo	225	Kg.	R\$ 2.011,50
Carne bovina tipo patinho moída	384	Kg.	R\$ 5.103,36
Carne do sol de 1º qualidade Tipo coxão mole	190	Kg.	R\$ 3.030,50

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambole	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Cebola Branco(a) de 1º qualidade	56	Kg.	R\$ 131,04
Cenoura Lavada(o) Média(o) de 1a Qualidade	102	Kg.	R\$ 223,38
Chuchu Médio(a) de 1a Qualidade	24	Kg.	R\$ 53,04
Corte de frango congelado - tipo Coxa e Sobrecoxa	252	Kg.	R\$ 1.373,40
Corte de Frango Congelado Tipo Peito	344	Kg.	R\$ 2.435,52
Farinha de Milho Flocão Mínimo 500g	12	Kg.	R\$ 28,56
Feijão Cariquinha Tipo 1	84	Kg.	R\$ 369,60
Laranja Pêra de 1ª Qualidade	144	Kg.	R\$ 87,84
Leite Em pó integral instantâneo	48	Kg.	R\$ 792,00
Maçã Vermelha	80	Kg.	R\$ 244,00
Macaxeira Lavada de 1a Qualidade	56	Kg.	R\$ 218,40
Mel De Abelha	8	Kg.	R\$ 147,60
Melancia	200	Kg.	R\$ 136,00
Mistura p/ preparo de mingau de milho e coco	100	Kg.	R\$ 1.039,00
Molho de Tomate refogado, sem pimenta	61,88	Kg.	R\$ 289,60
Néctar de fruta sabor caju	320	Lt.	R\$ 729,60
Néctar de fruta Sabor Goiaba	80	Lt.	R\$ 185,60
Néctar de fruta sabor maracujá	600	Lt.	R\$ 1.392,00

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambole	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Óleo de Soja/pet 900 ml	9	Unid.	R\$ 33,84
Ovos de Galinha Branco Médio	80	Dúzia	R\$ 208,00
Pão Massa Fina Tipo Hot Dog	6300	Unid.	R\$ 2.016,00
Pimentão	31	Kg.	R\$ 80,91
Repolho branco	52	Kg.	R\$ 100,88
Salsicha Congelada Tipo Hot Dog	100	Kg.	R\$ 387,00
Suco de frutas goiaba	120	Lt.	R\$ 360,00
Tangerina Médio(a) de 1a Qualidade	60	Kg.	R\$ 87,00
Tempero Moído Tipo Cominho	2	Kg.	R\$ 13,26
tempero verde in natura mix de coentro tempero verde in natura mix de coentro	4	Kg.	R\$ 35,92
Tomate Médio	76	Kg.	R\$ 196,08
Vinagre com álcool	4	Lt.	R\$ 7,12
TOTAL: R\$ 28.920,24			
PROJOVEM URBANO			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Banana da Prata Média de 1a qualidade	80	Kg.	R\$ 142,40
Batata Doce	14	Kg.	R\$ 22,40

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambolê	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Batata Inglesa Lavada(o) Média(o) de 1a Qualidade	12	Kg.	R\$ 26,40
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	51	Pcte	R\$ 107,61
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	51	Pcte	R\$ 109,14
Bolo de rolo tipo rocambolê	70	Kg.	R\$ 952,00
Bolo tipo Bacia recheio de goiabada	30	Kg.	R\$ 359,70
Broa de Milho ENRIQUECIDA COM RECHEIO	60	Kg.	R\$ 622,80
Carne Bovina Congelada Tipo Músculo	32	Kg.	R\$ 286,08
Carne bovina tipo patinho moída	36	Kg.	R\$ 478,44
Carne do sol de 1º qualidade Tipo coxão mole	60	Kg.	R\$ 957,00
Cenoura Lavada(o) Média(o) de 1a Qualidade	44	Kg.	R\$ 96,36
Chuchu Médio(a) de 1a Qualidade	10	Kg.	R\$ 22,10
Corte de frango congelado - tipo Coxa e Sobrecoxa	100	Kg.	R\$ 545,00
Corte de Frango Congelado Tipo Peito	60	Kg.	R\$ 424,80
Feijão Cariquinha Tipo 1	60	Kg.	R\$ 264,00
Leite Em pó integral instantâneo	39	Kg.	R\$ 643,50
Maçã Vermelha	40	Kg.	R\$ 122,00

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambole	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
Melancia	110	Kg.	R\$ 74,80
Molho de Tomate refogado, sem pimenta	25,12	Kg.	R\$ 117,56
Néctar de fruta sabor caju	142	Lt.	R\$ 323,76
Néctar de fruta Sabor Goiaba	140	Lt.	R\$ 324,80
Néctar de fruta sabor maracujá	150	Lt.	R\$ 348,00
Óleo de Soja/pet 900 ml	9	Unid.	R\$ 33,84
Ovos de Galinha Branco Médio	8	Dúzia	R\$ 20,80
Pão Massa Fina Tipo Hot Dog	600	Unid.	R\$ 192,00
Pimentão	16	Kg.	R\$ 41,76
Repolho branco	17	Kg.	R\$ 32,98
Salsicha Congelada Tipo Hot Dog	38	Kg.	R\$ 147,06
Suco de frutas goiaba	55	Lt.	R\$ 165,00
Tangerina Médio(a) de 1a Qualidade	55	Kg.	R\$ 79,75
Tempero Moído Tipo Cominho	4	Kg.	R\$ 26,52
tempero verde in natura mix de coentro tempero verde in natura mix de coentro	2	Kg.	R\$ 17,96
Tomate Médio	41	Kg.	R\$ 105,78
Vinagre com álcool	4	Lt.	R\$ 7,12
TOTAL: R\$ 8.241,22			

PNAE - Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Açúcar Cristal	58	Kg.	R\$ 105,56
Arroz Parbolizado Tipo 1	169	Kg.	R\$ 339,69
Banana da Prata Média de 1a qualidade	110	Kg.	R\$ 195,80
Batata Doce	44	Kg.	R\$ 70,40
Batata Inglesa Lavada (o) Média (o) de 1a Qualidade	71	Kg.	R\$ 156,20
Biscoito Amanteigado Salgado Tipo Cream Cracker - 400g	141	Pcte	R\$ 297,51
Biscoito Doce Tipo Maria - 400g	19	Pcte	R\$ 40,66
Bolo de rolo tipo rocambole	95,6	Kg.	R\$ 1.300,16
PRP/PNAE - Recursos Próprios/Ensino Fundamental			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Bolo Tipo Bacia	63	Kg.	R\$ 674,10
Broa de Milho ENRIQUECIDA COM RECHEIO	112	Kg.	R\$ 1.162,56
TOTAL: R\$ 1.836,66			
PRP/PNAEM - Recursos Próprios/Ensino Médio			
Produto	Recebido	Un. Medida	Total
Bolo Tipo Bacia	40	Kg.	R\$ 428,00
TOTAL: R\$ 428,00			
TOTAL GERAL: R\$ 70.845,35			

FONTE: http://www.seed.se.gov.br/escolaestadual/Merenda_Escolar.asp?cdescola=185&cdestrutura=367&ano=2015

b) PLANO DE ATIVIDADES

1º) Encontro para analisar a viabilidade, e real possibilidade de propor o estudo e apresentar solução para o tema escolhido.
2º) Levantamento de tudo que seria necessário para operacionalizar o projeto.
3º) Encontro para estudo e análise de escritos sobre o tema Violência Institucional para a devida fundamentação teórica.
4º) Elaboração de questionário para aplicação de pesquisa de conscientização da problemática analisada.
5º) Organização da programação de visitas à Escola Jessé trindade.
6º) Encontro para discutir sobre as visitas ao campo de estudo. E também para análise e tabulação dos dados da pesquisa aplicada.
7º) Encontro para redação final do Plano de Intervenção.

c) CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infância-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO/A ALUNO/A

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos por meio desta, apresentar o(a) /os(as) discente(s) GILVAN DE OLIVEIRA FIEL, e
GEORGE JOSÉ COSTA

portador (a)/ portadores do CPF, respectivamente 662.627.045-15, e 027.250.405-12,
regularmente matriculado no Curso de Especialização em Direitos Infância-Juvenis no Ambiente Escolar e
habilitado (a) a realizar pesquisas para elaborar o trabalho final do curso em formato de Plano de Intervenção.

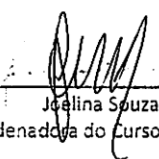
Solicitamos a concessão para a realização da pesquisa de campo necessária para o desenvolvimento do seu
projeto de intervenção.

Informamos que o Curso de Especialização em “Direitos Infância-Juvenis no Ambiente Escolar” (A Escola Que
Protege) busca incrementar uma formação qualificada dos diversos atores sociais sobre o Estatuto da Criança e
do Adolescente, a fim de que uma visão sistêmica desse novo marco jurídico-político para a infância e
adolescência no Brasil promova o adensamento dos valores e princípios inaugurados pelo ideário da proteção
integral, tornando-os mais capazes de compreender a diversidade e complexidade das questões afetas à
adolescência e infância no Brasil e em Sergipe, em especial no ambiente escolar.

As informações óticas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa, não sendo divulgada a
identificação de nenhum participante. Fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado sobre os
resultados parciais da pesquisa, assim que esses resultados chegarem ao conhecimento do pesquisador.

Atenciosamente,

São Cristóvão, 14 de março de 2015.



Joélina Souza Menezes
Coordenadora do Curso Escola que Protege

d) CARTA EXPLICATIVA E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Senhores pais e responsáveis,

Somos alunos do Curso de Especialização em Direitos Infante Juvenil no Ambiente Escolar, da Universidade Federal de Sergipe. E estamos aqui pedindo a sua colaboração em nosso Trabalho de Conclusão.

Escolhemos como local para elaboração do trabalho de conclusão de curso, a Escola Jessé Trindade. Assim, precisamos da sua autorização para que o seu filho/menor sob responsabilidade, participe da pesquisa aqui apresentada. E também que o senhor(a) em quanto responsável e membro da comunidade escolar, também participe respondendo o questionário.

A sua participação e do seu filho, não é obrigatória. Mas, para nós é muito importante.

Roforçamos o pedido, e alertamos que na pesquisa não haverá nenhum tipo de identificação e nem trará nenhum tipo prejuízo.

Certos da compreensão e auxílio, agradecemos!

George José e Gilvan Fiel

Eu _____, RG _____ responvel pelo
aluno(a) _____, autorizo a sua participação na pesquisa a cima
explicada.

e) QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Questionário de pesquisa Aplicado entre Docentes, Discentes funcionários e pais

Identificação de Pesquisado:

Sexo: ____ Idade: entre 12 e 18 anos ____ entre 19 e 25 anos ____
entre 20 e 32 anos ____ entre 33 e 39 anos ____ entre 40 e 46 anos ____
Acima de 46 ____
Você é: Docente ____ Discente ____ Funcionário Pas/Responsáveis ____

1. Possui conhecimento dos documentos da escola? (Regimento e Projeto Político Pedagógico)
Sim ____ Não ____
2. Participou da elaboração dos documentos da escola?
Sim ____ Não ____
3. Como você avalia o ensino da escola?
Adequado ____ Pouco adequado ____ Inadequado ____
4. Como você avalia o estímulo dado aos alunos para participação das atividades?
Adequado ____ Pouco adequado ____ Inadequado ____
5. E relação a estrutura física da escola?
Adequado ____ Pouco adequado ____ Inadequado ____
6. Em relação a alimentação (merenda)?
Adequado ____ Pouco adequado ____ Inadequado ____
7. Em relação ao preparo e formação dos professores e funcionários?
Adequado ____ Pouco adequado ____ Inadequado ____
8. Em relação aos alunos com necessidades especiais, a escola oferece condições de recebê-los?
Sim ____ Não ____
9. Os alunos com algum tipo de deficiência tem atenção diferenciada em sala de aula?
Sim ____ Não ____
10. Os professores e funcionários estão aptos a trabalharem com alunos especiais?
Sim ____ Não ____
11. Os alunos estão aptos a conviverem com alunos especiais?
Sim ____ Não ____
12. Há necessidade de melhoria na escola?
Sim ____ Não ____ Em havendo, de forma resumida descreva o que:

13. Existe situações que você percebe desrespeito ou agressão a direitos escolares?
Sim ____ Não ____

